

Pádua IV Participações S/A.

*Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
com relatório dos auditores independentes*

Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em reais – exceto quando indicado)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Pádua IV Participações é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 413, 12º andar, conjunto 121, Itaim Bibi, CEP 04534-011. A Companhia tem por objeto a: (i) administração de bens próprios; e (ii) participação em outras sociedades, entidades ou condomínios, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, ou detentora de direitos conversíveis ou não em participação, na qualidade de acionista, sócia, cotista ou consorciada, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

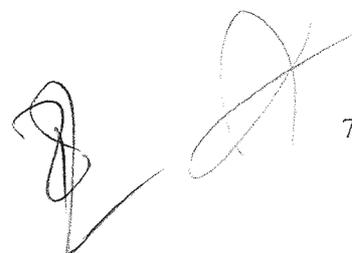
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A escrituração contábil foi realizada com a observância da NBC TG 1000 - Modelo contábil para pequenas e médias empresas.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- b) Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas é avaliado e atualizado pelo método da equivalência patrimonial. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.



7

- c) Impostos a recuperar - Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras e sobre as receitas de prestação de serviços da Companhia.

- d) Realizável a longo prazo - De uma forma geral, são classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das do Ativo Circulante, que, todavia, tenham sua realização certa ou provável após o término do exercício seguinte, o que, normalmente, significa realização num prazo superior a um ano a partir do próprio balanço. Representam direitos não derivados de vendas, e adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da Companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da Companhia.

- e) Ajuste a valor presente - Não é reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, por não haver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

- f) Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária - Os ativos e passivos em reais e sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis. Os ganhos e as perdas das variações monetárias são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

- g) Contas a pagar aos fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

- h) Ativos e passivos não circulantes - Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

- i) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de



8

acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

- j) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos - A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis.

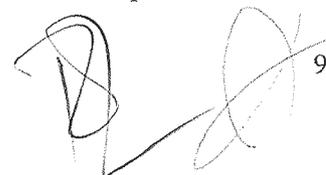
As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando várias estimativas e julgamentos, não se limitando à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, ficando a Companhia exposta a perdas que podem ser materiais.

- k) Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pró rata temporis”).
- l) Reconhecimento de receitas – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos ou serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.
- m) Apuração do resultado – O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência de exercícios.

2.2. Novas Normas, alterações e interpretações em vigor para os exercícios iniciados em (após) 01 de janeiro de 2021:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios



9

iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020: Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 3 – Referências à estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2, Divulgação de Políticas Contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.



Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em reais – exceto quando indicado)

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

2.3. Impactos da Pandemia COVID-19

Em de Janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações contábeis.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis.

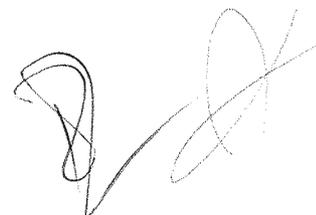
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco do Brasil S.A	1.000	1.000
Banco Itaú S.A	10.328	10.383
	<u>11.328</u>	<u>11.383</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, mantidos ou aplicados em instituições financeiras de primeira linha, com rating de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating.

4. INVESTIMENTOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ágio na aquisição de investimentos	449.437.164	449.437.164
(-) Recuperabilidade sobre os investimentos	(154.621.000)	(154.621.000)
	<u>294.816.164</u>	<u>294.816.164</u>



Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em reais – exceto quando indicado)

Em 31 de janeiro de 2019 a companhia realizou a aquisição de 7.454.502 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e quinhentas e duas) ações da Plascar Participações Industriais S.A., pelo valor total de R\$ 449.437 mil, tornando-se o acionista controlador com 59,99% do patrimônio.

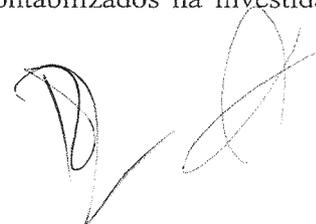
Na ocasião dos investimentos o Patrimônio Líquido da Plascar Participações Industriais S.A., encontrava-se negativo em (R\$514.305) mil, e com base no laudo realizado por empresa especializada, foram avaliados seus ativos e a sua capacidade de recuperação no período de dez (10) anos, e com base neste, a Paduá IV reconheceu o ágio por aquisição do investimento no valor de R\$ 449.437 mil

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19 e por seus efeitos na indústria. Em evento sem precedentes, todos os clientes automotivos da Plascar interromperam suas atividades ao final de março. Tal situação causou relevantes impactos negativos na Plascar, notadamente a acentuada ociosidade durante aproximadamente 04 meses daquele exercício. O ano de 2021 foi marcado por um cenário desafiador para todo o setor automotivo, com falta de componentes, particularmente semicondutores e aumentos expressivos de preços de matérias primas, decorrentes da crise gerada pelo COVID-19 e por suas consequências em toda a cadeia global de suprimentos, notadamente o desequilíbrio de preços entre produtos acabados e matéria prima e seus componentes no setor automotivo.

Segundo dados da ANFEVA, a produção de veículos em 2021 foi 2.248 milhão de unidades no país, apresentado um aumento de 11,6% sobre igual período do ano de 2020, quando a produção foi de 2.014 milhão de unidades no país. Apesar do resultado abaixo da expectativa, que era de 25%, o volume apresentado é visto pela ANFEVA como um cenário consistente com outros mercados como os Estados Unidos por exemplo, ainda que haja uma preocupação acerca do abastecimento de componentes, cujo desequilíbrio que persiste na cadeia tem afetado as linhas de muitas montadoras, que passaram a promover paradas na produção.

Em virtude dos fatos acima relatados, e em atendimento o CPC 01 (R1 – Deliberação CVM nº 639) e ao *International Financial Reporting Standards* (IFRS – IAS 36), a Pádua IV solicitou um Teste de Recuperabilidade (impairment), pelo valor em uso, que foi realizado por empresa terceira e especializada neste tema. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, os avaliadores apuraram que o valor em uso da Plascar é inferior ao contabilizado no ativo da Pádua IV, indicando a necessidade de ajustes (impairment) no valor de R\$154.621.000, reconhecido pela Companhia nas demonstrações contábeis daquele período.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, em atendimento as Normas citadas anteriormente, realizou novo Teste de Recuperabilidade, cuja conclusão do PPA apresentada para o período, é de que os ativos operacionais contabilizados na investida são



Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em reais – exceto quando indicado)

superior aos saldos contábeis registrados na investidora, portanto, não havendo valores a serem atualizados ao já registrado no exercício anterior.

5. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante		
Taticca Auditores Independentes	1.360	6.214
	<u>1.360</u>	<u>6.214</u>

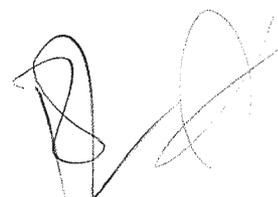
6. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante		
Outros débitos		
Plascorp Participações S/A	-	1.000
	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Passivo não circulante		
Mútuo		
Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.	1.098.513	791.109
	<u>1.098.513</u>	<u>791.109</u>
Total do passivo entre partes relacionadas	<u>1.098.513</u>	<u>792.109</u>

As operações mercantis realizadas entre a Companhia e as demais partes relacionadas, bem como com seus investidores possuem características específicas e diferenciadas acordadas entre as partes e em condições de mercado.

7. DEBÊNTURES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Debêntures	449.483.000	449.483.000
(+)Juros	81.082.097	51.154,896
(-) Amortização	(45.821)	(45.821)
	<u>530.519.277</u>	<u>500.592.075</u>



Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em reais – exceto quando indicado)

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples (PADP11), não conversíveis em ações, em série única, de espécie com garantia real, por parte da Pádua IV Participações S.A. e a respectiva escritura de emissão de debêntures. Em 11 de janeiro de 2019, foram emitidas 449.483 (quatrocentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e oitenta e três) debêntures, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada e foram subscritas 7.454.491 (sete milhões, quatrocentas e cinquenta e quatro mil, quatrocentas e noventa e uma) ações, conforme Boletim de Subscrição da Plascar Participações Industriais S/A. em 31 de janeiro de 2019.

Esta emissão está garantida por alienação fiduciária da totalidade das ações acima descritas, e por 4.473.151 de bônus de subscrição, ambos emitidos pela Plascar Participações Industriais S.A..

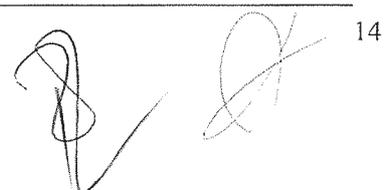
O valor unitário das debêntures ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, será amortizado em uma única data, qual seja, na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ou ainda nas hipóteses de amortização extraordinária obrigatória e do resgate antecipado obrigatório total.

Os juros das debêntures serão amortizados e pagos mediante o recebimento de receitas oriundas da Plascar a que título for, serão utilizados exclusivamente para amortizar esta dívida.

8. PROVISÃO PARA PERDAS INVESTIMENTOS

A companhia é controladora da Plascar Participações Industriais S/A, com 59,99% de participação do seu capital social, em decorrência de sua participação é reconhecido uma provisão para perda de investimentos na proporção de sua participação conforme demonstrativo:

Controlada	31/12/2021
	Capital Social Tipo
	59,99%
Plascar Participações Industriais S.A	931.455.000
Quantidade Ações	12.425.418 ON
Patrimônio Líquido	(311.446.287)
Prejuízo do período de 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2021	(122.230.325)
Saldo no início do Exercício	-
Dividendos Recebidos no Exercício	-
Valor Equivalente Contábil	-
Equivalência Patrimonial	(73.325.856)
Total do Investimento em Controlada	-



14

Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em reais – exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia apresenta o saldo acumulado para provisão de perdas sobre os investimentos no montante de R\$ 186.836.628 (em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 113.510.772).

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A companhia foi constituída em 29 de Setembro de 2018, com o capital social representado por 10.000 ações, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, no total de R\$10.000 (dez mil reais). Para fins do disposto no artigo 80, inciso III da Lei n.º 6.404/76, os subscritores concordaram em depositar o valor correspondente a 10% do preço de emissão das ações, em instituição financeira competente.

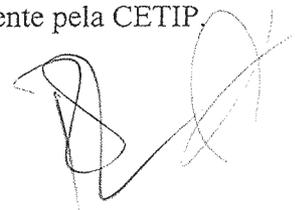
10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Assessoria Jurídica		
Assessoria Contábil	(18.402)	(17.590)
Consultoria	(23.400)	(32.003)
Auditoria	(20.000)	(24.854)
Escrituração de debêntures	(179.826)	(163.665)
Outras despesas administrativas	(741)	(405)
	<u>(242.369)</u>	<u>(238.517)</u>

11. DESPESAS FINANCEIRAS LIQUÍDAS

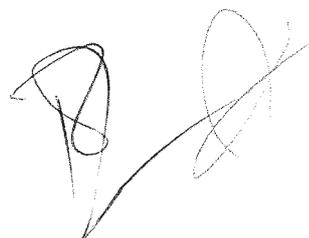
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos (a)	(29.984.305)	(14.820.204)
Multas	-	(2)
Despesas bancárias	(2.239)	(2.005)
	<u>(29.986.544)</u>	<u>(14.822.211)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre as aplicações financeiras	30	8
	<u>30</u>	<u>8</u>
Resultado financeiro	<u>(29.986.514)</u>	<u>(14.822.203)</u>

Atualização monetária das debêntures pela taxa D.I. publicada diariamente pela CETIP.



11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) Identificação e valoração dos instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade.
- b) Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores - Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização, em razão da natureza de referidas contas.
- c) Risco de crédito - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito na aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.
- d) Risco de liquidez - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações.
- e) Risco de mercado - O risco de mercado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, especificamente o Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que aumentem as despesas financeiras relativas as debêntures emitidas. A Administração da Companhia entende que a mesma não está exposta a riscos de variações nas taxas de juros.
- f) Risco de taxa de câmbio - A Companhia não está exposta a riscos de taxa de câmbio.
- g) Derivativos - A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição de riscos de mercado, moeda e taxas de juros.
- h) Eventos Subsequentes - Não houve eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 até a data da autorização para a emissão desta demonstração contábil, que pudessem causar efeitos significativos nas demonstrações contábeis..



Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

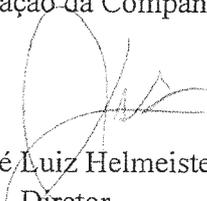
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em reais – exceto quando indicado)

12. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia aprovou as demonstrações contábeis em 31 de Março de 2022.


André Luiz Helmeister
Diretor


José Ribamar do Nascimento
Contador - CRC/1SP 118.814/O-6

PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Reais)

A T I V O			
CIRCULANTE		31/12/2021	31/12/2020
.Caixa e Equivalentes	3	11.328	11.383
.Impostos a Recuperar		1.034	1.029
SOMA		12.362	12.412
NÃO CIRCULANTE			
INVESTIMENTOS			
.Agio na Aquisição de Investimentos	4	449.437.164	449.437.164
(-) Amortização Agio	4	(154.621.000)	(154.621.000)
SOMA		294.816.164	294.816.164
TOTAL DO ATIVO		294.828.526	294.828.576
P A S S I V O			
CIRCULANTE		31/12/2021	31/12/2020
.Fornecedores	5	1.360	6.214
.Impostos a Recolher		782	701
.Outras Contas a Pagar	6	-	1.000
SOMA		2.142	7.915
NÃO CIRCULANTE			
.Partes relacionadas	6	1.098.513	791.109
.Debentures	7	530.519.277	500.592.075
.Provisão para Perdas Investimentos	8	186.836.628	113.510.772
SOMA		718.454.418	614.893.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
.Capital Social	9	10.000	10.000
.Prejuízo Acumulado		(423.638.034)	(320.083.295)
Patrimônio Líquido		(423.628.034)	(320.073.295)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		294.828.526	294.828.576


 André Luiz Helmeister
 Diretor


 José Ribamar do Nascimento
 Contador CRC - 1SP 118.814/O-6

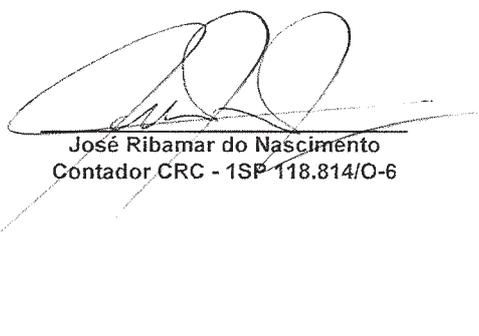
PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

		2021	2020
(DESPESAS) OPERACIONAIS			
.Despesas Administrativas	10	(242.369)	(238.517)
.Equivalência Patrimonial	8	(73.325.856)	(70.196.294)
Financeiras Líquidas	11	(29.986.514)	(14.822.203)
.Receitas Financeiras		30	8
.Despesas Financeiras		(29.986.544)	(14.822.211)
		(103.554.739)	(85.257.014)
Outras Despesas Não Operacionais	4	-	(154.621.250)
	4		
Resultado Antes dos tributos sobre o lucro		(103.554.739)	(239.878.264)
.Contribuição Social			
.Imposto de Renda			
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(103.554.739)	(239.878.264)
Lucro(Prejuízo) p/ ação		-10.355,47	-23.987,83


 André Luiz Helmeister
 Diretor

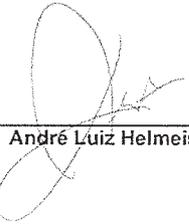

 José Ribamar do Nascimento
 Contador CRC - 1SP 118.814/O-6

PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.

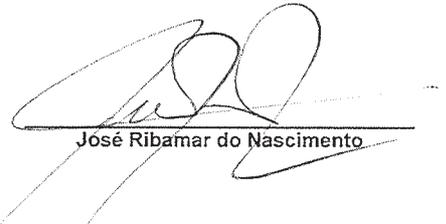
CNPJ: 32.161.916/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Reais)

	Capital Social	Capital A Integralizar	Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2019	10.000	-	(80.205.031)	(80.195.031)
.Integralização de Capital	-	-	-	-
.Resultado do Exercício	-	-	(239.878.264)	(239.878.264)
Saldo em 31/12/2020	10.000	-	(320.083.295)	(320.073.295)
.Integralização de Capital	-	-	-	-
.Resultado do Exercício	-	-	(103.554.739)	(103.554.739)
Saldo em 31/12/2021	10.000	-	(423.638.034)	(423.628.034)



André Luiz Helmeister



José Ribamar do Nascimento

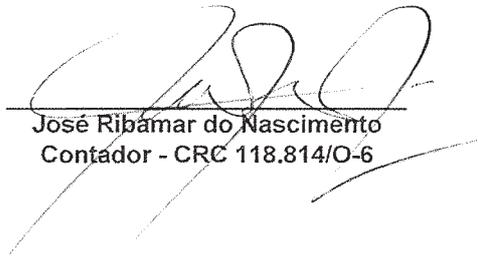
PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	2021	2020
Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízos) Líquido	(103.554.739)	(239.878.264)
(+/-)juros Debentures	29.927.202	14.780.921
(+/-)Resultado Equivalência Patrimonial	73.325.856	70.196.294
(+/-)Impairment Agio	-	154.621.000
(Aumento)Diminuição em Impostos a Recuperar	(4)	-
Aumento(Diminuição) em Fornecedores	(4.854)	-
Aumento(Diminuição) em Impostos a Recolher	80	39
Aumento(Diminuição) Outras Contas a Pagar	306.404	286.365
Caixa Líquido Consumido / Gerado nas Atividades Operacionais	(55)	6.355
Aumento Líquido nas Disponibilidades	(55)	6.355
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.383	5.028
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	11.328	11.383


 André Luiz Helmeister
 Diretor


 José Ribamar do Nascimento
 Contador - CRC 118.814/O-6

PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.
CNPJ: 32.161.916/0001-10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Reais)

	2021	2020
Prejuízos do Exercício	(103.554.739)	(239.878.264)
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente do exercício	(103.554.739)	(239.878.264)
Total do resultado abrangente atribuível à: Controladores	(103.554.739)	(239.878.264)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


André Luiz Helmeister
Diretor


José Ribamar do Nascimento
Contador CRC - 1SP 118.814/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Paduá IV Participações S/A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paduá IV Participações S/A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paduá IV Participações S/A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

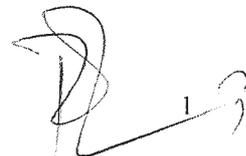
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia deve testar anualmente o valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida, o qual está representado pelo ágio (*goodwill*)



apurado na aquisição da Plascar Participações Industriais S.A. que totalizava R\$ 499.437 mil na aquisição. Em 31 de dezembro de 2021 o valor líquido apresentado pelo ágio totalizava R\$ 294.816 mil, representando 99,996 % do total do ativo em 31 de dezembro de 2021. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, sobre o qual foram utilizadas pela Administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto o crescimento de vendas e dos custos, taxas de desconto, risco país. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desses ativos, além das incertezas inerentes à determinação dos valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

A administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos, com base em dezembro de cada ano. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou nova avaliação de recuperabilidade sobre o investimento e não foram identificados valores superiores de recuperação ao atualmente registrado pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2021.

A avaliação quanto à recuperabilidade do ativo e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à vendas futuras e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação. Devido à relevância desse saldo e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

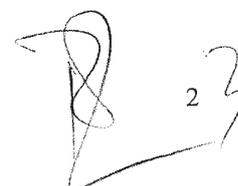
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável do ativo elaborado pela empresa terceira especialista contratada pela Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise de recuperabilidade do ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas considerados para a determinação do valor recuperável desse ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

 23

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório



32

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

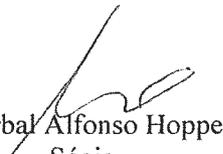
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo (SP), 31 de março de 2022.


Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1